



Sem consultar o Executivo federal, governadores e prefeitos definem as próprias regras para a vacinação contra a covid-19. Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga reclama que "isso gera calor em vez de gerar luz" e pede que haja uma diretriz uniforme para todo o país

# Estados e municípios ignoram ministério

» MARIA EDUARDA CARDIM

Em meio a uma grande campanha de vacinação para conter o caráter pandêmico da covid-19, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem observado, nas últimas semanas, estados e municípios adotarem as próprias regras na aplicação de imunizantes contra o novo coronavírus, sendo algumas contrárias ao que recomenda hoje o PNI. Para especialistas ouvidos pelo **Correio**, o programa perdeu autoridade e, sem uma coordenação desde a exoneração de Francieli Fantinato em 7 de julho, fica ainda mais difícil fazer com que as regras sejam seguidas.

O imunologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) Jorge Kalil é um dos membros do Comitê Técnico Assessor de Imunizações (CTAI) que faz recomendações ao PNI e admite que houve uma perda de autoridade do programa, que no começo da pandemia, segundo ele, estava silencioso e inativado.

Kalil também acredita que esses embates vistos entre as orientações do programa nacional e de estados e municípios são frutos da politização vista desde o início da crise sanitária. Há a intenção, de alguns estados, por exemplo, de antecipar discussões que são realizadas no comitê de especialistas que assessora o PNI e que ainda não foram, de fato, aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Ele lembra que foi encaminhado à pasta comandada por Marcelo Queiroga e à coordenação do PNI a indicação favorável para que grávidas que tomaram a primeira dose do imunizante da AstraZeneca completem o esquema vacinal com a vacina da Pfizer ou a CoronaVac — o que já foi aceito pela Saúde. Além disso, o grupo sugeriu ao ministro a aprovação da imunização contra a covid-19 de adolescentes com comorbidades. Apesar destas recomendações do CTAI não terem sido aprovadas pelo PNI, elas já são adotadas em alguns estados e municípios, que têm autonomia para tomar suas decisões pactuadas em bipartite.

Questionado sobre o fato de decisões estaduais e municipais estarem à frente do PNI, Kalil cogitou até mesmo a possibilidade de vazamento de informações das reuniões do comitê técnico para os entes federativos. "Nós todos trabalhamos nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e outros. Então, às vezes, essa informação que é decidida tecnicamente vaza para o governo (estadual e municipal), e o governo quer se antecipar para ter o ganho político. Quer falar: 'eu fiz antes'", lamenta.

## Pressão

Além de adiantar resoluções que devem ser tomadas em breve pelo PNI, os entes federativos vêm pressionando o Ministério da Saúde a discutir outros pontos, como a possibilidade de uma dose de reforço para idosos. Na semana passada, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), anunciou que o município pretende aplicar uma terceira dose de vacina em idosos a partir de 60 anos. A ideia, segundo o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, ainda é estudada, mas já foi divulgada uma

Marcelo Piu/Prefeitura do Rio



Mesmo sem a recomendação do governo federal, Prefeitura do Rio de Janeiro quer vacinar com a terceira dose idosos com 60 anos ou mais

previsão para que esse público receba a dose extra entre outubro e dezembro.

A decisão de antecipar essa informação, de acordo com o secretário, é para "tentar dar previsibilidade para as pessoas" e "forçar algumas discussões que são importantes". "Essa é uma discussão que precisa começar a ser debatida. Como a gente está em uma pandemia, atrasos nessas discussões e nesse processo podem gerar danos para a população", salientou Soranz, em coletiva de imprensa.

A atitude de estados e municípios de anunciarem estratégias ainda não definidas pelo PNI tem irritado Queiroga, que acredita que decisões tomadas fora do programa "geram calor em vez de gerar luz". "Não podemos ter municípios criando regras próprias, escolhendo subgrupos diferentes para a vacinação. Agora, um grande município do Brasil já está anunciando a terceira dose. Como anunciar a terceira dose se a gente não avançou ainda na primeira dose em 100% da população brasileira?", ponderou o ministro, na última semana.

## Sem coordenação

Especialistas concordam que decisões heterogêneas geram ansiedade na população, que fica confusa ao ver diferentes orientações entre os estados. "Hoje, cada município está fazendo o que quer. Isso é espantoso e nunca se viu. O Brasil sempre fez suas vacinações de maneira homogênea", avalia o infectologista e presidente da Sociedade de Infectologia do Distrito Federal, David Urbaz.

Para ele, há um vácuo no PNI, visto que a falta de um coordenador para comandar o programa faz com que ele fique ainda mais distante de uma soberania para gerenciar a vacinação contra a covid-19 no Brasil. "A esperança é que, quando tivermos de novo um coordenador do PNI, as pessoas sigam o que está sendo determinado pelo programa", analisou.

## Recusado uso emergencial da Covaxin

Indranil Mukherjee/AFP - 9/5/21



Governo fechou contrato bilionário para comprar a vacina, mas recuou

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informou ontem que sua diretoria colegiada decidiu por unanimidade encerrar o processo que tratava da autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, da vacina indiana Covaxin. A decisão foi tomada após a agência ter sido comunicada pela farmacêutica indiana, Bharat Biotech, fabricante do imunizante de que a empresa brasileira Precisa Medicamentos não tem mais autorização para representá-la no Brasil.

De acordo com a Anvisa, o processo será encerrado, sem a avaliação de mérito do pedido de autorização temporária. A solicitação havia sido protocolada pela Precisa em 29 de junho — mesmo dia em que o contrato de compra foi suspenso pelo Ministério da Saúde, após recomendação do Controlador-Geral da União (CGU).

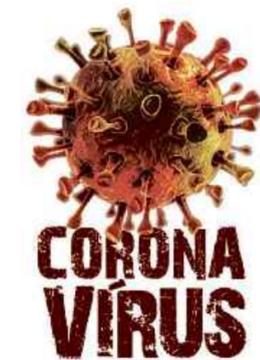
A pasta fechou contrato em 25 de fevereiro para comprar 20 milhões de doses por R\$ 1,6 bilhão. A Covaxin é a vacina mais

cara adquirida pela Saúde até o momento. A compra é investigada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pela CGU, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na última sexta-feira, a Bharat anunciou a rescisão de seu acordo com a Precisa. No comunicado, a farmacêutica indiana le-

vantou suspeita de fraude em dois documentos entregues pela empresa brasileira ao Ministério da Saúde como parte da compra da vacina. A Precisa nega que tenha elaborado as duas cartas com indícios de fraude.

Em nota, a Anvisa informou que a diretoria colegiada da agência aplicou, ao caso, o inciso I do artigo 9º da Lei 9.784/99. Ou seja, a perda de legitimidade



## » Mais 1,1 mil mortes

O Brasil registrou, ontem, mais 38.091 casos do novo coronavírus e mais 1.108 óbitos pela covid-19. Os dados são do Ministério da Saúde, que já contabiliza, desde o início da pandemia, 19.670.534 pessoas infectadas e 549.448 vidas interrompidas na luta contra a doença. Por outro lado, o país já tem, ao menos, 18.340.760 recuperados da enfermidade.

da Precisa para atuar como interessada no processo.

A decisão da Anvisa se refere apenas ao pedido de uso emergencial da Covaxin protocolado pela Precisa. Na sexta-feira, a Anvisa suspendeu, como medida cautelar, os estudos clínicos do imunizante no país. A aplicação da vacina em voluntários brasileiros não chegou a acontecer, segundo a agência.

A diretora Meiruze Freitas, relatora do processo que pedia o uso emergencial, destacou no voto que "o rompimento da relação comercial entre as empresas, bem como a decadência de requisito fundamental para a Autorização de Uso Emergencial implica em impedimento da manutenção e continuidade da avaliação do pedido".

"A negativa está ancorada ao princípio da eficiência, uma vez que seguir com uma avaliação técnica de uma petição já administrativamente corrompida implicaria em significativo desperdício de esforços e recursos da administração", afirmou a diretora.

## MS autoriza doses diferentes a grávidas

uma grávida do Rio de Janeiro que havia tomado o imunizante.

Rosana Leite de Melo destaca a importância do esquema completo de imunização "para assegurar elevada efetividade contra a covid-19". A secretária afirma que a segunda dose deverá ser aplicada no intervalo estabelecido pelo imunizante usado na primeira dose.

"As mulheres que receberam a primeira dose da vacina AstraZeneca/Fiocruz e que estejam gestantes ou no puerpério (até 45 dias pós-parto) no momento de receber a segunda dose da vacina deverão ser ofertada, preferencialmente, a vacina Pfizer/Wyeth", registra a nota técnica.

"Caso esse imunizante não esteja disponível na localidade, poderá ser utilizada a vacina Sinovac/Butantan. Os indivíduos que receberem vacina no esquema de intercambialidade deverão ser orientados a respeito das limitações referentes aos dados existentes e do perfil de risco benefício."

Rosana Leite de Melo afirma ainda que as vacinas contra covid-19, de maneira geral, "não são intercambiáveis". Ou seja, o esquema vacinal deve ser feito com o mesmo imunizante. A secretária, no entanto, registra que há "situações de exceção". Entre elas, cita ocasiões em que houver

contraindicação específica ou ausência de um determinado imunizante no país.

De acordo com a secretária do ministério, nessas situações, é possível aplicar vacinas de diferentes fabricantes. Ela afirma que existem dados "indicando boa resposta imune em esquemas de intercambialidade" e informações que apontam uma "segurança favorável".

A nota técnica registra que os estudos de intercâmbio de vacinas se referem àquelas de vetor viral e RNAm — como a da Pfizer. Segundo ela, não há dados disponíveis para a CoronaVac, mas existem estudos em andamento.